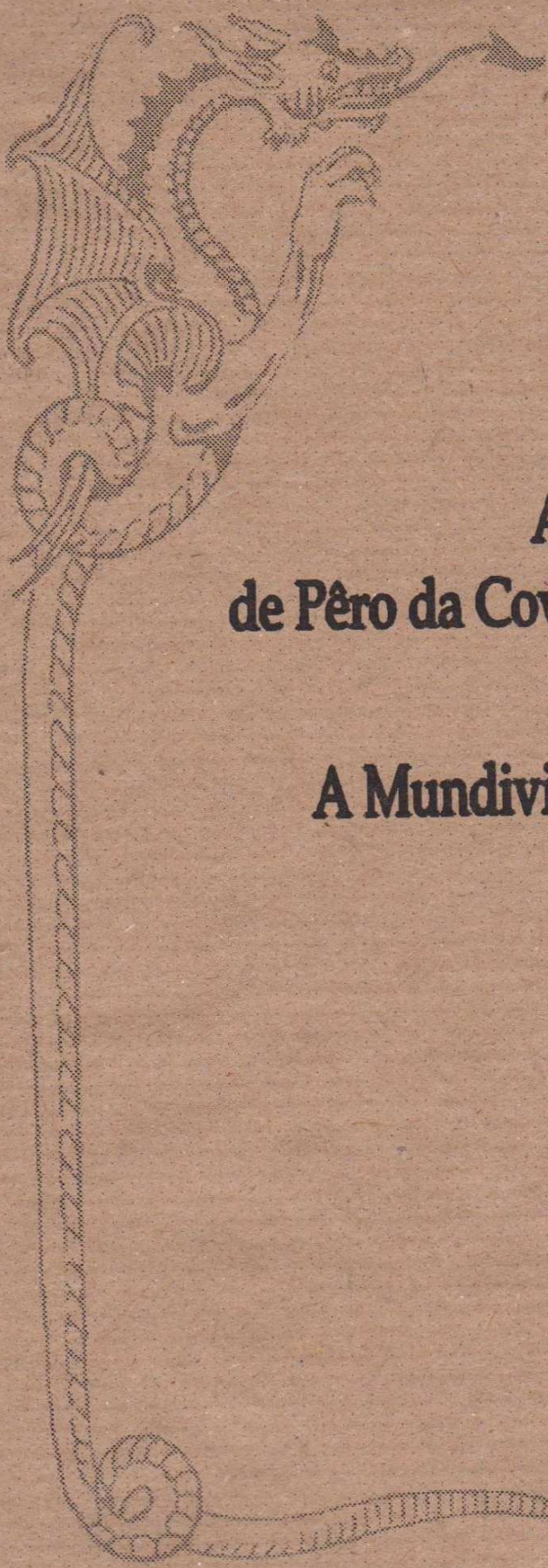




Luís M. Alves de Fraga

**A Viagem
de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva
ou
A Mundividência de D. João II**

apenas

Luís M. Alves de Fraga

A Viagem
de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva
ou
A Mundividência de D. João II

 apenas

Luís M. Alves de Fraga é coronel, em situação de reserva. Especialista em Administração Aeronáutica, é licenciado em Ciências Político-Sociais e mestre em Estratégia pela Universidade Técnica de Lisboa; professor auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa, foi professor efectivo titular do IAEFA e professor efectivo e director do ensino na AFA; membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e da Comissão Histórico-Cultural da Força Aérea.

Conferência proferida na Academia da Força Aérea, no dia 18 de Fevereiro de 1998, integrada no Ciclo de Conferências subordinado ao tema «Portugal e as Viagens no Desconhecido».

© Apenas Livros Lda.

e

Luís M. Alves de Fraga

Al. Linhas de Torres, 97, 3º dto.

1750-140 Lisboa

Tel/fax 21 758 22 85

apenaslivros@oninetspeed.pt

Depósito legal nº 234956/05

ISBN: 989-618-032-6

1ª edição: 150 exemplares

Novembro de 2005

Publicação nº 140

Revisão de Luís Filipe Coelho

Colecção OFIUSA, 4

Dirigida por: Gabriela Morais

www.apenas-livros.com

I. Introdução

No tropel dos tempos actuais, quando o Mundo e o que nele se passa estão ao alcance da mão em escassos segundos, é quase inconcebível imaginar o que seria a Europa do século XV.

Para podermos traçar uma visão vagamente aproximada do que era este Velho Continente há quinhentos anos deveremos, em primeiro lugar, ter em conta que o grande desenvolvimento urbano se fez, então, à volta das cidades que se situavam na costa marítima ou junto às margens dos rios navegáveis; todos os outros aglomerados populacionais que ficavam no interior dos territórios e distantes dos grandes cursos de água, mesmo que servidos por estradas com algum movimento, estavam condenados a viver essencialmente virados sobre si próprios, ou seja, os seus horizontes limitavam-se pela curta distância.

Têm de acrescentar-se a este quadro muito sumário mais alguns aspectos. Em primeiro lugar, a mobilidade das populações campesinas, ou mesmo urbanas, era muitíssimo pequena, principalmente porque tinham uma reduzida liberdade, e a aceitação de novos contingentes humanos nas cidades e vilas tornava-se difícil, tanto por impedimento dos que lá já viviam como por falta de condições para angariar o sustento. Em segundo lugar, o trânsito ao longo dos caminhos, para além de ser perigoso no que tocava à segurança física de cada um, obrigava a pagamentos vários aos senhores da terra. Temos, ainda, de recordar que se, por um lado, a vida nas cidades permitia índices de maior segurança e apoio

por ajuda entre vizinhos, a vida no campo possibilitava sobreviver às grandes fomes que se seguiam a maus anos agrícolas e, até, em alguns casos, às epidemias pestilentas que foram vulgares ainda no final da Idade Média.

Genericamente, pode afirmar-se que a grande fronteira que separava o modo de vida nas cidades do interior das que se situavam nas orlas marítimas e fluviais definia-se pelo facto de, nas primeiras, toda a actividade humana se centrar na agricultura, enquanto que nas segundas a produção agrícola, sendo uma necessidade de sobrevivência, não era a actividade fundamental, porque essa estava dominada pelo comércio. Esclareça-se, contudo, que se tratava um comércio essencialmente feito com o exterior da comunidade urbana.

Uma tal actividade mercantil tomava dois rumos: ou constituía-se por uma troca de produtos com os territórios próximos, ou envolvia um comércio com regiões distantes. No segundo caso, as mais longínquas paragens donde chegavam produtos exóticos era do Oriente.

1. O comércio oriental na Europa do século XV

Para compreendermos a importância dos descobrimentos marítimos dos Portugueses teremos de ter em conta que a Europa do começo do século XV vivia fechada sobre si própria e possuía do mundo conhecido, de então, um entendimento mais imaginado do que real. Poderemos comparar esse conhecimento a três círculos concêntricos o primeiro e mais interior era a Europa, o segundo era o dos territórios muçulmanos envolventes e o terceiro era o Oriente, sobre o qual repousavam as fantasias e lendas que a ignorância da realidade geravam. Facto curioso é que cabia aos Muçulmanos o papel de intermediários entre os círculos interno e externo.

Essa área geográfica, cultural e religiosa que se situa entre a Europa e o Oriente e que vulgarmente denominamos por Mundo Árabe estava dividida em três faixas, às quais correspondiam três *especialidades* diferentes. Vejamo-las.

A que constituía a orla marítima voltada sobre o Índico interessava-se no comércio directo com Oriente; a faixa que ficava virada sobre o Mediterrâneo interessava-se no comércio com a Europa através de comunidades cristãs vocacionadas para essa actividade; por fim, a faixa que ficava entre uma e outra era a área de trânsito das mercadorias, à qual correspondia, em regra, o deserto e os seus habitantes. Em consequência deste papel genérico desempenhado pelos povos islâmicos o seu comportamento com os povos dos círculos que os envolviam teve de ser muito especial: por um lado, no Oriente, actuou como agente divulgador da sua religião; por outro, no Mediterrâneo, assumiu-se tolerante, dentro dos limites possíveis.

Como já disse, na orla marítima do Mediterrâneo, no lado europeu, havia, principalmente na Península Itálica, certas comunidades, tais como Génova e Veneza, que se dedicavam ao estabelecimento das ligações comerciais com as comunidades islâmicas do Norte de África. Também aqui a tolerância religiosa era maior do que nas regiões mais interiores da Europa.

O comércio que se estabelecia entre a Europa e o Oriente através destas comunidades, que chamaremos, com propriedade, «fronteiriças», girava à volta de produtos caros e exóticos que, em geral, só eram consumidos por grupos sociais muito abastados ou, então, usados na farmacopeia da época: era a seda, os panos finos de algodão, a pimenta, a canela, o cravo, as pérolas, os diamantes e outras pedras preciosas.

O facto de serem em grande número os intermediários por quem passavam estes produtos e, além do mais, de terem de percorrer grandes distâncias, utilizando como meios de transporte desde o navio ao camelo, encarecia-os, tornando o seu consumo quase proibitivo na Europa. Por outro lado, é fácil perceber que, pelas mesmas razões, este comércio distante era altamente lucrativo para todos aqueles que dele viviam.

O último eixo geográfico no qual se concentravam os intervenientes mais poderosos desse comércio situava-se no Mediterrâneo onde, em ambas as margens, havia interesses financeiros altamente colocados que veriam com maus olhos qualquer tentativa

de mudança da sua importância. Eis a razão pela qual, desde há muito, venezianos e genoveses vinham mantendo delegados seus junto da corte portuguesa e associavam-se às casas comerciais de Lisboa e de Lagos no intuito de, alargando a sua influência, não perderem o controlo do comércio de algumas especiarias que já afluíam à Europa vindas das costas de África.

Curiosamente, nessas cidades da Península Itálica para além de o comércio mediterrâneo estar concentrado em poderosas casas comerciais verificava-se que essas ou outras se dedicavam, também, ao comércio de capitais, sendo verdadeiros banqueiros das mais importantes coroas da Europa. Tratava-se, por conseguinte, de um *império* difícil de destruir, o qual se articulava com o outro grande centro financeiro e comercial da Europa, que era a Flandres nos séculos XV e XVI.

Por seu lado, é possível admitir que no Norte de África a situação fosse semelhante, particularmente porque, muito embora do ponto de vista da organização política houvesse uma grande articulação como resultado da prática da mesma religião e das mesmas matrizes culturais, não existia uma clara interdependência entre cidades e territórios contíguos, facto que se equivalia à estrutura italiana das cidades-Estado. Por outras palavras, dentro das cidades muçulmanas do Mediterrâneo impunha-se a actividade comercial que constituía um dos mais fortes elos agregadores que poderia chegar a justificar a própria unidade religiosa.

2. *As viagens marítimas e o comércio da costa de África no século XV*

Na conjuntura há pouco descrita transparece como que uma *especialização* dos povos ribeirinhos do Mediterrâneo na actividade comercial com o Oriente. Tratava-se de uma consequência que resultava, por um lado, das razões já referidas e, por outro, do facto de, desde a mais remota Antiguidade, toda a vida culta e civilizada se ter desenvolvido em torno daquele mar. Havia como que um *destino europeu* associado ao Mediterrâneo.

Foi um acontecimento singular que Portugal, Estado já com quase trezentos anos de existência, em 1415, quando dá início à expansão militar fora dos territórios da Península o faz, em primeiro lugar, sobre uma cidade ainda mediterrânica — Ceuta —, como que a confirmar que todas as grandes decisões europeias passavam ainda por aquele mar. Contudo, em poucos anos, é ainda Portugal que, começando a epopeia das navegações para sul, ao longo da costa africana, estabelece a novidade, visto que os povos mediterrânicos se limitavam a navegar para norte rumo à Flandres e a outras regiões.

Este foi o facto novo que lentamente alterou toda a concepção política e económica da Europa e do Norte de África, especialmente a das cidades e empresas costeiras do Mediterrâneo. Começava a deslocar-se o eixo dos interesses de uma região afro-europeia para uma região atlanto-europeia. Como sabemos, este movimento foi irreversível, porque nunca se tendo fixado duradouramente na Península, acabou radicando-se na região costeira da Mancha, servindo Estados como a França, a Holanda e a Inglaterra.

Se, na primeira fase das navegações dos Portugueses — isto é, até começarem a chegar a Lagos e a Lisboa o ouro, a prata e a malagueta —, as cidades marítimas italianas não sentiram qualquer peso concorrencial, o mesmo já se não pode afirmar quando o comércio exótico entrou em competição, ainda que mínima, com aquele que chegava do Oriente ao Mediterrâneo.

Muito provavelmente, sem plena consciência da relação estratégica que a atitude envolvia — tal como hoje diríamos — os monarcas portugueses associaram, desde a primeira hora, os descobrimentos marítimos e a expansão comercial que os envolvia à expansão da própria fé cristã. Esta metodologia foi em si própria também inédita, pois às cidades comerciais italianas não assistia qualquer intenção proselítica. Ora, só por isto, Portugal transformou-se num perigoso concorrente dos grandes empórios mediterrâneos.

Acresce que a competição portuguesa se tornou, provavelmente, mais evidente quando o infante D. Henrique mandou que no

Algarve e na Madeira se passasse a cultivar a cana-de-açúcar, produto que até então era essencialmente comercializado pelos Genoveses¹.

Quando D. João II tomou a seu cargo, ainda infante, em 1474, o controlo da acção marítima, tudo indica que um novo rumo se começou a traçar, graças à extraordinária percepção geográfica e política deste príncipe, que é vulgar identificar, entre nós, como o criador do conceito de monarca moderno ou renascentista².

Se é certo que através da repressão sobre as mais importantes casas nobres soube D. João II impor o absolutismo do seu mando, é também correcto dizer-se que, pela primeira vez, em mais de cinquenta anos, a acção marítima era efectivamente controlada pela coroa portuguesa, tendo em vista um rumo e um objectivo bem delimitados. Ambos, afinal, resultavam da visão *moderna* do monarca que se havia desprendido dos conceitos medievos e tinha — tudo o indica — ganho uma ampla clarividência da política peninsular e mediterrânica entrecruzada pela importância comercial e religiosa do Oriente.

Se atentarmos paulatinamente nas grandes linhas de acção que o soberano português traçou, ao longo do seu reinado, vemos que D. João II foi, ao mesmo tempo, o planeador da unificação peninsular³, desprezou a proposta de Cristóvão Colombo⁴, delimitou o mundo em duas esferas de influência⁵, apreendeu a costa brasileira para a coroa de Lisboa⁶ e fez explorar a costa de África até à passagem para o oceano Índico. D. João II foi quem, acima de tudo e primeiramente, teve a visão global da proximidade da Europa ao Oriente e da importância do «mundo» islâmico, enquanto placa giratória, entre esses dois extremos geográficos e culturais.

A mundividência do rei português caracteriza-se, fundamentalmente, a partir de três pilares: o desprezo pelo descobrimento de Cristóvão Colombo e as hipotéticas alternativas que ele lhe poderia sugerir; a perseguição do descobrimento marítimo da passagem austral do Atlântico para o Índico; a necessidade de inventariar destinos e apoios no Oriente.

Na verdade, a atitude perante Cristóvão Colombo vem reforçar a certeza do objectivo a Oriente; Tordesilhas foi a negociação do

engano dos Reis Católicos; foi apontar-lhes com um destino que era até desprezado pelo monarca português. Mas Tordesilhas foi a confirmação do Oriente e do apoio que a costa brasileira representava para aquela navegação; o Brasil não contava, então, por ele próprio, mas, sobretudo pela «volta do mar» que era imprescindível para a rápida passagem do cabo da Boa Esperança. Julgo que nem sequer foi Duarte Pacheco Pereira o descobridor do Brasil, porque ele seria já conhecido antes de 1498, tal como o eram as condições de navegabilidade do Atlântico Sul.

Saber navegar no Atlântico da zona austral da África e, depois, no oceano Índico e, mais do que tudo, saber onde aportar na Índia terá sido o objectivo de D. João II; por isso, Bartolomeu Dias e o descobrimento do cabo da Boa Esperança constituíram o segundo *esboço* da intenção real; faltava definir o porto a demandar. Esse foi o primeiro *esboço* da vontade real, levado a efeito por dois exploradores terrestres e espiões ao nível de qualquer das figuras lendárias que hoje em dia o cinema imortaliza.

II. A viagem terrestre dos exploradores portugueses

O rei de Portugal, como já vimos, sabendo que as valiosas mercadorias orientais chegavam à Europa através do Mediterrâneo, tinha de avaliar com a segurança possível quais os apoios — diríamos hoje — estratégicos com que localmente poderia contar, de forma a que a empresa marítima não fosse uma acção desgarrada e votada logo de começo ao insucesso, porque uma certeza tinha o monarca: o comércio na Índia, quase pela certa, estava dominado pelos Muçulmanos. Ora, chegar àquelas paragens distantes ia ser muito diferente do que aportar a qualquer desconhecida enseada da costa de África ou mesmo do continente americano; o tipo de gentes que se encontraria seria outro e havia que estar preparado para esse primeiro contacto.

Da poeira dos tempos medievais, mais concretamente do século XI, da época das Cruzadas, vinha-se desenvolvendo uma lenda que, como todas, tinha fundamento numa realidade; tratava-se da

existência do mítico Preste João das Índias, rei cristão, poderoso e riquíssimo, que dominava algures sobre a África e a Índia.

A possibilidade de existir um rei cristão em paragens desconhecidas da Europa no século XV e, até anteriores, não deve causar estranheza, se pensarmos que no primeiro e segundo séculos após a morte de Jesus, o cristianismo se difundiu a partir, exactamente, do Mediterrâneo Oriental, em todas as direcções e só em Itália se plasmou em Igreja Católica Apostólica Romana, porque, noutras regiões, ou se modificou para formas Católicas Ortodoxas, ou se manteve segundo ritos pouco evoluídos e, por conseguinte, mais iguais aos tempos iniciais; foi o caso da designada Igreja Copta. Ora, o Preste João das Índias seria um rei cristão que teria seguido os ritos do cristianismo primitivo.

As mais concretas notícias⁷ que há, na Europa, desse rei distante e desconhecido são contemporâneas do papa Afonso III — o mesmo que reconheceu Afonso Henriques como rei de Portugal. Mais tarde, em 1219 chegou à Europa a indicação de que o reino do Preste João se situaria nos confins orientais dos territórios convertidos ao islamismo e que por lá se dava luta aberta aos maometanos. Na verdade, este indício mostrou-se falso, pois, afinal, tratava-se do famoso e mitificado mongol Gengiscão.

Marco Polo (ou Paulo), notável viajante italiano que chegou à China, na sua célebre obra *Livro das Maravilhas* identificou o Preste João com um rei tártaro de nome Unquecão que numa batalha foi morto pelo mongol antes citado.

A última referência ao reino do Preste João situado no Oriente distante teve origem no franciscano Odorico de Pordonone, que andou pela Ásia entre 1318 e 1330 e o deu como situando-se numa ilha da China. Do primeiro quartel do século XIV em diante, tornou a identificar-se o território desse lendário rei na Etiópia.

Com efeito, por volta do ano de 1316 conseguiram penetrar na Abissínia alguns frades dominicanos que fundaram o bispado da Núbia — região entre a Etiópia e o Egipto. O papa João XXII, entre 1316 e 1334, logrou fazer chegar ao rei abexim uma carta, identificando-o com o Preste João. Em 1426 houve uma maior aproximação entre a cristandade europeia e a da Etiópia, porque se troca-

ram emissários entre o julgado Preste João e várias entidades a norte do Mediterrâneo, nomeadamente, a Senhoria de Veneza, a Santa Sé e o rei Afonso V de Aragão. Três anos mais tarde, de novo o imperador abissínio mandou ao Concílio de Ferrara representantes seus, por convite do papa Eugénio IV.

Os contactos mantiveram-se de tal modo que, em 1450, foi a vez do papa Nicolau V e o rei Afonso de Aragão receberem uma numerosa embaixada proveniente da Abissínia. Nesse mesmo ano o Sumo Pontífice retribuiu e foram enviados à Etiópia vários elementos em representação papal.

Curiosamente, em 1452, apareceu em Lisboa um abissínio de nome Jorge, que se presume fosse embaixador do seu rei, mas de quem se perdeu o rasto, nada mais ficando do que esta informação. De então em diante, até cerca de 1487, não há mais notícias de contactos com a Etiópia, nem com o mítico soberano cristão primitivo.

Em resumo, pode traçar-se o itinerário do lendário reino do Preste João começando por situá-lo em África, no século XI, para passar a ser identificado no Oriente distante, durante os séculos XII e XIII, e, finalmente, na primeira metade do século XV, voltar a África.

Em 1452, reinava em Portugal D. Afonso V — pai de D. João II — e o descobrimento da costa africana situava-se, sensivelmente, pela região de Bissau ou, melhor, pela foz do rio Geba⁸. Este facto levou-nos a concluir que somente trinta e cinco anos depois ganhou de novo importância a identificação exacta do famoso e misterioso reino cristão. Para tal facto terá contribuído João Afonso de Aveiro que, em 1486, chegou a Benim, próximo do Castelo de São Jorge da Mina, e relatou que os habitantes daquela região referiam a existência de um poderoso rei que dominava sobre todos os grandes senhores, o qual vivia a cerca de 250 léguas para o interior, sendo-lhe dado, pelos gentios, o nome de Ogané.

Do que contou João Afonso de Aveiro, é assaz interessante o pormenor que se relaciona com o reconhecimento do poder político dos grandes chefes gentílicos. Com efeito, qualquer senhor da região, no acto de vassalagem, para ver reconhecida a sua autori-

dade tinha de receber de Ogané um capacete de latão e uma cruz para usar ao pescoço⁹.

É possível admitir que, em face destas informações, D. João II e os seus mais íntimos conselheiros, tenham aceitado que Ogané e o Preste João fossem uma e a mesma pessoa, ou, pelo menos, reis cristãos vivendo no interior de África a sul do Egipto. Esta convicção conclui-se do texto de Fernão Lopes de Castanheda, na *História dos Descobrimentos e Conquistas da Índia pelos Portugueses*, Liv. I, Cap. I, no qual afirma que o soberano português mandou que se continuassem os descobrimentos da costa da Guiné, porque «lhe parecia que descobriria o senhorio do Preste João das Índias de que tinha fama, para que por ali pudesse entrar na Índia»¹⁰.

Chegamos assim ao momento em que deve ter nascido na mente do *Príncipe Perfeito*¹¹ a necessidade de, conjugando as navegações marítimas para sul ao longo da costa africana, enviar por terra exploradores que lhe esclarecessem a relação entre o reino do Preste João e a Índia, ou seja, penetrar no âmago do mundo islâmico até aos contornos de um hipotético e desejável novo mundo cristão oriental. É neste contexto que surgem os primeiros espiões do rei de Portugal em terras do Oriente distante.

1. Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva

Sabe-se que D. João II, tendo conhecimento de que eram muitos os abissínios que iam em peregrinação à Terra Santa e desejando estabelecer contacto com o Preste João, talvez dois ou três anos antes de 1487, enviou à Judeia Frei António de Lisboa e Pedro de Montarroi, com a missão especial de acompanharem os abexins no seu regresso à Etiópia e de lá mandarem notícias quanto ao poder efectivo desses cristãos e, ao mesmo tempo, informarem sobre a origem das especiarias. A missão falhou, porque os enviados desconheciam a língua árabe e, por isso, não saíram da Terra Santa.

O monarca português, na presença desta primeira tentativa malsucedida, tinha de escolher alguém que, além de lhe merecer toda a confiança, fosse sabedor de idiomas estrangeiros. Esse

homem havia de ser Pêro da Covilhã que, tendo nascido naquela cidade em data desconhecida, muito jovem havia passado para o reino vizinho para servir D. Afonso, duque de Sevilha. Regressou a Portugal na companhia de D. João de Gusmão, irmão daquele nobre castelhano, quando morreu Henrique IV de Castela e D. Afonso V de Portugal resolveu defender os direitos de sua sobrinha — a *Beltraneja* — contra os de Isabel «a Católica»¹². Foi um tempo de guerra, e Pêro da Covilhã foi *dado* por D. João de Gusmão ao monarca português para lhe servir de «moço de esporas». Ao que parece, rapidamente ascendeu à categoria de escudeiro real, tendo até acompanhado D. Afonso V na sua viagem diplomática a França.

Não podem restar dúvidas quanto ao perfil de Pêro da Covilhã: tratava-se de um homem de armas, destemido e capaz de se insinuar pelos seus méritos junto do próprio monarca. Mas iam mais longe as qualidades deste beirão, porque após a morte de D. Afonso V ficou a servir D. João II como «escudeiro da guarda» e a sua fidelidade ao rei deveria ser tão notável que este, porque o Pêro (ou Pedro) sabia falar bem castelhano, o encarregou de «andar em Castela (...)», para saber quais eram os fidalgos que se deitavam lá», quando as traições e conjuras entre os nobres portugueses eram frequentes contra D. João II. Por conseguinte, era, também, leal, poliglota, além de homem de armas.

A confiança de D. João II era tão grande nas qualidades deste homem que, depois da missão de espião e informador em Castela fez dele diplomata, porque o mandou à Berbéria negociar a paz com o rei de Tremezém. Esta nova missão indicia que Pêro da Covilhã deveria, também, falar com razoável aptidão o idioma berbere e, talvez, até árabe. Depois desta estada no Norte de África, tornou lá uma outra vez, agora para comprar cavalos para o duque D. Manuel, futuro rei de Portugal. Pêro da Covilhã era, sem dúvida, um homem completo e diligente.

De Afonso de Paiva, companheiro da futura viagem que em breve iriam iniciar, pouco se sabe. Nasceu em Castelo Branco e, parece, pertencia a uma família originária das Canárias, segundo o que sobre ele escreveu, nas *Lendas da Índia*, Gaspar Cor-

reia¹³. Se assim foi, é provável que também ele conhecesse o idioma berbere.

O facto de tanto Pêro da Covilhã como Afonso de Paiva serem naturais da actual Beira Baixa leva-me a colocar como mera hipótese a possibilidade de ambos terem uma ascendência judaica recente, o que, a ser verdade, justificaria a facilidade de movimentos e de entendimento entre berberes e cristãos. Contudo, a este respeito limito-me a avançar no campo do hipotético, porque a História faz-se com documentos e, por vezes, com pistas que podem conduzir à busca da prova não imaginada.

A missão que D. João II tinha para estes dois aventureiros substanciava-se nesta frase que o padre Francisco Álvares transcreve: «ir descobrir e saber do Preste João e onde acham a canela e outras especiarias que daquelas partes iam a Veneza por terras de mouros». Aqui pode notar-se, com toda a relevância, a perfeita mundividência do rei de Portugal: havia que percorrer o caminho inverso da canela e das especiarias para juntar num só ramo o rei cristão do Oriente e o comércio, destronando, pela retaguarda, o poderio dos Mouros e de Veneza; e a retaguarda era o Índico e a passagem austral da África.

A missão foi preparada com todo o cuidado que na época era conhecido. Com efeito, o rei de Portugal mandou abonar aos dois espiões nada mais do que quatrocentos cruzados o que equivalia, trinta anos antes, a cerca de mil quatrocentos e trinta e dois gramas de ouro¹⁴; ordenou que lhes fosse entregue uma «carta de marear» extraída de um mapa-múndi feita pelo licenciado Calçadinha (capelão-mor de D. João II), pelo doutor-mestre Rodrigo (que morava «às Pedras Negras») e ainda pelo doutor-mestre Moisés («a este tempo judeu», afirmação que comprova a sua *conversão* posterior) desenhada «em casa de Pêro de Alcáçova»; e, por fim, deu-lhes uma «carta de crédito para todas as terras e províncias do mundo, para que se se vissem em perigo ou necessidade que por aquela del-Rei lhes socorressem».

Partiram de Santarém no dia 7 de Maio de 1487, iniciando a grande viagem e a grande aventura, da qual não mais regressaram a Portugal.

2. *A viagem e as notícias*

Rapidamente Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva chegaram de Santarém a Barcelona e, de seguida, no dia de São João, aportaram a Nápoles, tendo continuado viagem para Rodes. Aí receberam abrigo e agasalho dado por dois frades portugueses que lá residiam — Frei Gonçalo e Frei Fernando. Para melhor se disfarçarem e poderem levar por diante a missão, sem levantar suspeitas quanto à sua identidade e aos fins que tinham em vista, compraram grande quantidade de mel e passaram para o Norte de África, arribando a Alexandria.

A sorte não os bafejou, ficando ambos doentes com umas febres que não souberam explicar. Cuidando que acabariam morrendo, o governador da cidade confiscou-lhes toda a mercadoria, mas como recuperaram, acabou pagando-lha pelo preço que exigiram. Com o dinheiro desta transacção compraram mais produtos que transportaram para o Cairo onde se demoraram até se juntarem com mouros de Fez e de Tremezém, seguindo para o Toro e dali, por barco, para Suaquém, que ficava na costa da Abissínia. Foram, depois, para Adém, onde se separaram, já que a Pêro da Covilhã competia a exploração da Índia, e a Afonso de Paiva, a da Etiópia. Contudo, entre si combinaram que ao cabo de um certo tempo se encontrariam no Cairo para regressarem a Portugal com as novas que tivessem recolhido.

Pêro da Covilhã foi, então, de Adém para Cananor e de lá passou para Calecut, que na época constituía o maior centro de comércio de especiarias de toda a costa do Malabar. Seguiu, depois, para Goa, tendo como finalidade voltar ao Cairo, para o que passou primeiro por Ormuz, dali — sem explicação aparente, a não ser proceder à identificação da costa oriental de África — foi até Sofala e depois para Toro. Desta última cidade encaminhou-se para a actual capital do Egipto onde tomou conhecimento da morte de Afonso de Paiva que, deste modo, não chegou a dar por completa a missão de que havia sido encarregado.

Esta viagem que se descreve em poucas linhas terá representado na época uma odisseia imensa pelos perigos não só ineren-

tes ao facto de Pêro da Covilhã ser um cristão em terras onde dominavam quase totalmente os muçulmanos, como também pelas intempéries, fomes e desgastes físicos que os incómodos provocavam.

D. João II, talvez desejoso de saber as novidades que lhe tardavam, algum tempo antes da chegada de Pêro da Covilhã ao Cairo, mandou que dois judeus portugueses fossem para aquela cidade em busca dos espiões que haviam saído de Santarém em 1487.

Os tais judeus eram o rabi Abraão, nascido em Beja, e o mestre sapateiro José, natural de Lamego; aos dois entregara o monarca português cartas para Afonso de Paiva e seu companheiro as quais foram lidas por Pêro da Covilhã, no Cairo. Nelas determinava D. João II que, se os seus enviados já tivessem cumprido as missões de que os encarregara, deveriam voltar ao Reino; no entanto, se algo faltasse, dariam as notícias que tinham aos dois judeus e prosseguiriam até que tudo fosse totalmente sabido. Todavia, o rei português encarregava-os ainda de uma outra missão adicional: conduzi-rem o rabi Abraão até Ormuz, já que, em Lisboa, constava tratar-se de uma grande e rica cidade que conviria conhecer com algum pormenor¹⁵.

Pêro da Covilhã escreveu a D. João II relatando que havia descoberto ser Calecut um grande centro de comércio de pimenta e canela «e que o cravo vinha de fora»; informava, também, que a costa era boa de navegar desde os «mares de Guiné» até Sofala, onde tinha estado, ou até à ilha da Lua — hoje designada Madagascar — podendo-se de qualquer destes dois pontos demandar o porto indiano a que antes se referira. Estas notícias — que, infelizmente, ou ainda dormem em qualquer olvidado arquivo, ou se perderam para sempre — trouxe-as ao rei o mestre José de Lamego. Depois, fiel à vontade do monarca, acompanhou o rabi Abraão a Adém e daí até Ormuz, seguindo, para Judá, Meca, Medina e monte Sinai. Nesta volta, Pêro da Covilhã, uma vez mais, foi fazendo as suas cautelosas observações para, quando fosse oportuno, as transmitir a D. João II.

Regressou a Toro onde embarcou para Zeila, porto que lhe serviu de entrada na Etiópia. Tinha chegado, por fim, ao tão desejado

reino do Preste João das Índias. Governava, então, o monarca Alexandre que recebeu as cartas credenciais de Pêro da Covilhã com grande satisfação e alegria, prometendo-lhe que o autorizava a regressar a Portugal dentro em breve. No entanto, este rei morreu passado muito pouco tempo e foi substituído por um seu irmão, de nome Nahu, que lhe retirou a autorização de retorno e como compensação deu a Pêro da Covilhã terras e senhorios que fizeram dele um grande proprietário no reino.

A este monarca sucedeu o filho David que, com base na tradição criada pelo próprio pai, continuou a não permitir o regresso de Pêro da Covilhã a Portugal; ficou como única solução de tão fiel servidor o manter-se pelo reino do Preste João e ali voltar a constituir outra família.

Quando o padre Francisco Álvares o encontrou, Pêro da Covilhã estava velho e, talvez até, conformado com a sua sorte, depois de trinta e três anos de ausência de Portugal. Interessante é que o próprio eclesiástico só tornou a Portugal em 1527, e a obra que relata os feitos da embaixada mandada por D. Manuel I ao Preste João — e consequentemente o encontro com Pêro da Covilhã — só foi publicada pela primeira vez em 1540¹⁶.

III. Conclusão

Na *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, o padre Francisco Álvares não refere datas para as viagens e andanças de Pêro da Covilhã — limita-se a dizer-nos que aquele já se não confessava havia trinta e três anos. Sabendo que a embaixada entrou na Abissínia em 1520 e que Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva haviam saído de Santarém em 1487, podemos concluir que o autor se encontrou, em terras etíopes, de imediato com o enviado de D. João II.

No final do século XIX, o conde de Ficalho, na obra já por mim referida, tentou estabelecer um calendário para as várias deslocções de Pêro da Covilhã. Deste modo, aceita que:

- a) de 1487 a 1488, fez a primeira parte da deslocação de Santarém até Calecut;

- b) em 1489, tenha ido de Calecut a Goa e a Ormuz;
- c) entre 1489 e 1490 se tivesse deslocado da última cidade até Sofala;
- d) o ano de 1491 tê-lo-á gasto a regressar de Sofala a Adém e, depois ao Cairo;
- e) finalmente, em 1492, foi da capital egípcia a Ormuz com regresso a Adém e entrada na Etiópia.

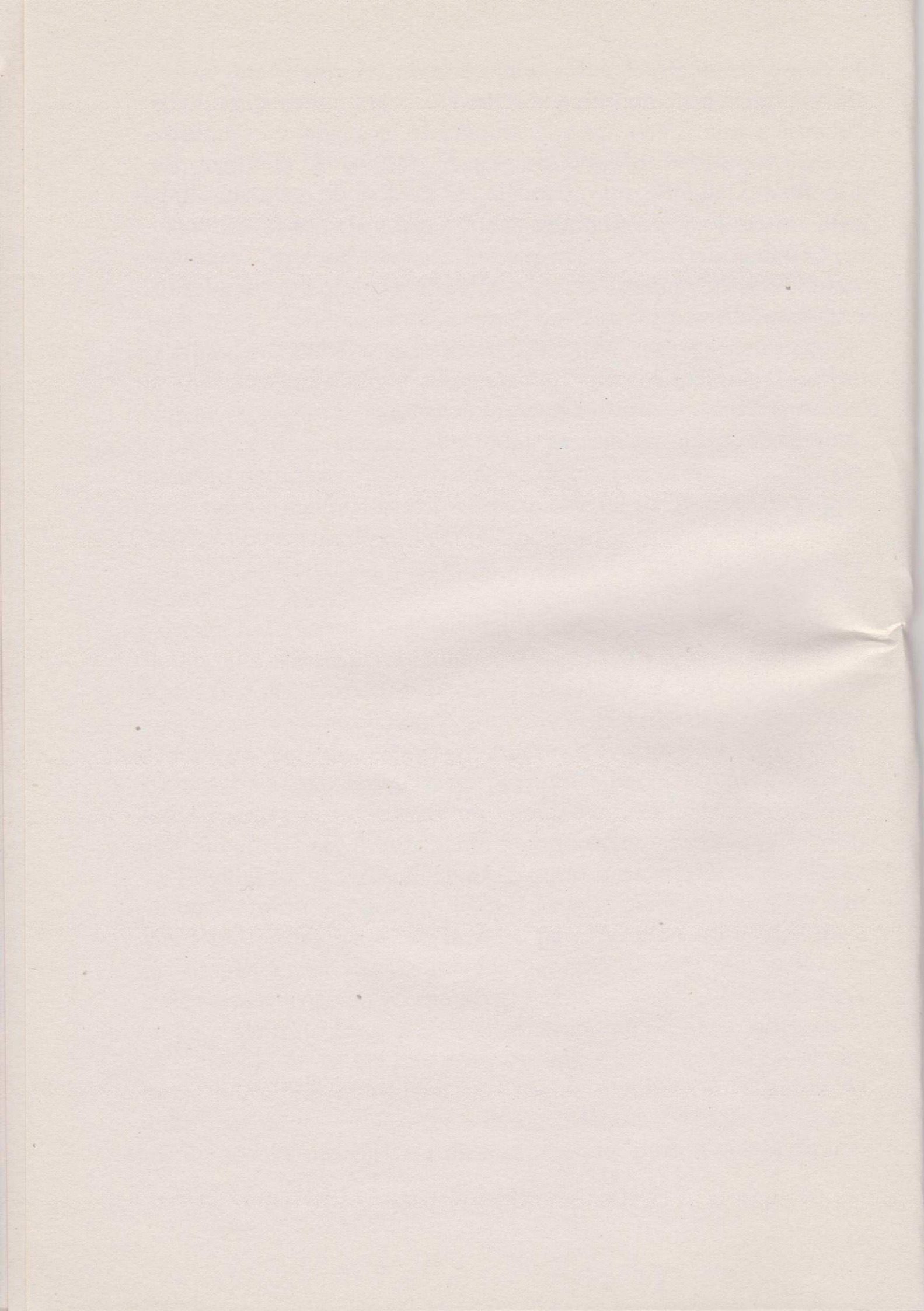
Este explorador e espião português do final do século XV, em cinco anos, conheceu com razoável perfeição o mar Vermelho, a entrada do golfo Pérsico, e a navegação no Índico, para além de ter convivido com as mais variadas etnias locais e ter demonstrado uma excelente capacidade mimética que lhe possibilitou passar incólume e desconhecido em todas as regiões que visitou, com exclusão da única — a Abissínia — onde, por obrigação, teve de dar a saber a sua real identidade e donde foi proibido de sair, por razões impossíveis de esclarecer.

Torna-se claro que a vida de Pêro da Covilhã foi uma *prisão* pelo elo que o ligava fielmente ao seu soberano; tudo sacrificou para em tudo servir. Mas, evidentemente que, do relato das suas andanças e da disponibilidade para as levar a cabo, sobressai, também, a visão «moderna» de D. João II que ao determinar estas viagens de exploração acabava tornando-as em reais confirmações de uma verdade que estava em mudança e na qual ele era o protagonista principal. Enfim, o rei português percebeu que chegar à Índia passava por romper com as rotas tradicionais do comércio que tinham de ser previamente identificadas e avaliadas — Pêro da Covilhã foi um dos elementos, quiçá o mais conhecido, desse juntar de informações, e D. João II foi o homem que deu sentido aos Descobrimentos e, ao fazê-lo, percepcionou a conjugação e interdependência das realidades geográficas que, até então, se limitavam a «coabitar» o espaço global.

Para além de tudo o que disse, resta-me concluir, afirmando que, depois de se ter lido com cautela e atenção a obra de um outro português que viveu no Oriente algumas de dezenas de anos mais tarde — refiro-me a Fernão Mendes Pinto e à *Peregrinação* —, só seremos capazes de compreender plenamente a dimen-

são de excepcional valor dos homens vulgares, que protagonizaram a epopeia lusa da última fase dos Descobrimentos, quando os soubermos interpretar na sua amplitude ambígua e complexa. Neles, a capacidade de sofrimento, de dádiva, de coragem, de lealdade e fidelidade, mas, também, de medo e de embuste ultrapassa em muito o que a cultura actual é capaz de nos fazer conceber. Quase poderíamos dizer que nos mesmos homens e ao mesmo tempo coexistiam o herói e o cobarde, o santo e o pecador, o honesto e o desonesto, enfim, o bom e o mau.

Julgo que a epopeia dos portugueses de Quinhentos só ganha a sua real, completa e profunda dimensão, quando o que é mítico for humanizado e quando o humano for mitificado.



BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, Luís de — *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Alfa, 1985.
- Álvares, P.^e Francisco — *Verdadeiras Informações das Terras do Preste João das Índias*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1943.
- Azevedo, Lúcio de — *Épocas da Portugal Económico. Esboço de História*, 4.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1978.
- Coelho, Jacinto do Prado (dir.) — *Dicionário de Literatura*, 4.^a ed., Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1994.
- Ficalho, Conde de — *Viagens de Pedro da Covilhan*, Lisboa, Livraria António Maria Pereira, 1898.
- Machado, Álvaro Manuel (dir.) — *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- Machado, Augusto Reis — «Introdução» in *Verdadeiras Informações das Terras do Preste João das Índias*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1943.
- Marques, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 1.^o vol., 2.^a ed., Lisboa, Edições Ágora, 1973.
- Peres, Damião (dir.) — *História de Portugal*, vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, 1931.
- *História dos Descobrimentos Portugueses*, 4.^a ed., Porto, Ver-tente, 1992.
- Rodrigues, António Simões (coord.) — *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- Serrão, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal*. Vol. II, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1980.
- Serrão, Joel (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas Editora, 1985.

NOTAS

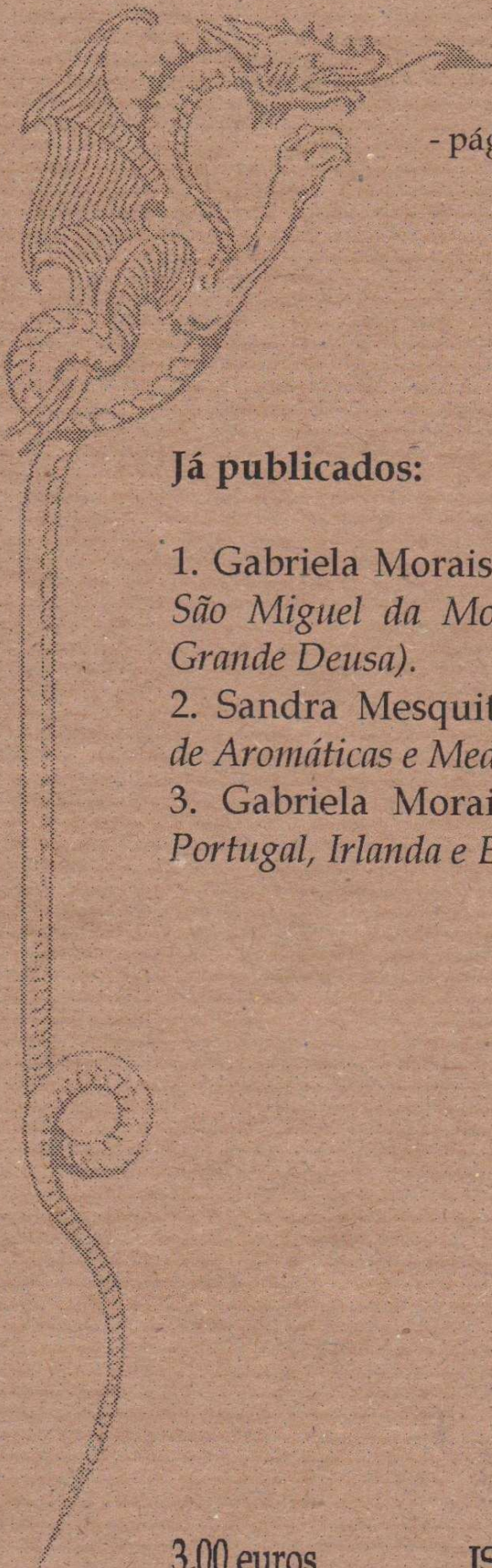
- ¹ Cf. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico. Esboço de História*, 4.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1978, pp. 215-225.
- ² Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 1.^o vol. 2.^a ed., Lisboa, Edições Ágora, 1973, p. 293.
- ³ O casamento do infante D. Afonso com a filha mais velha dos *Reis Católicos* definia o começo da unidade política de toda a Península.
- ⁴ A tentativa de chegar à Índia navegando para ocidente foi, no mínimo, risível para D. João II.
- ⁵ O Tratado de Tordesilhas foi o primeiro instrumento diplomático, entre potências, que criou, ao nível global, grandes esferas de influência sem audição dos interesses dos povos envolvidos.
- ⁶ Note-se que não coloco a questão em termos de Brasil e subcontinente americano, mas somente como uma costa que, como se verá, era necessária à viagem de navegação para uma outra.
- ⁷ Todas as informações que dou daqui para a frente podem ser confirmadas, quer na Introdução, quer no corpo do livro do padre Francisco Álvares *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, reeditado em Lisboa pela Agência-Geral do Ultramar em 1943, seguindo o texto da edição de 1889. Veja-se, também, Luís de Albuquerque, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Alfa, 1985, pp. 103-110 e, ainda, para maiores pormenores, do conde de Ficalho, *Viagens de Pedro da Covilhan*, editado em Lisboa pela Livraria António Maria Pereira, em 1898.
- ⁸ Cf. Luís de Albuquerque, *Idem*, p. 32.
- ⁹ João de Barros, *Da Ásia, Década I*. Livro III. Cap. IV, citado por Augusto Reis Machado na «Introdução» à obra já referida do padre Francisco Álvares, p. xx.
- ¹⁰ Cf. Augusto Reis Machado, in *op. cit.*, p. xix.
- ¹¹ Cognome pelo qual ficou conhecido na História o rei D. João II.
- ¹² Foi neste momento que se esboçou, depois da crise de 1383-1385, a primeira tentativa de ligar Portugal a Castela, por iniciativa de monarca lusitano.
- ¹³ Cf. Damião Peres, *História de Portugal*, vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, p. 566.
- ¹⁴ Cf. *História de Portugal em Datas* (coord. António Simões Rodrigues), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 70.
- ¹⁵ Ormuz tinha um interesse estratégico quase fundamental, dado que as mercadorias da Índia entravam no Mediterrâneo pelo mar Vermelho

— isto é, por Adém — ou pelo golfo Pérsico. Ormuz era o grande entreposto mercantil que, anos mais tarde, Afonso de Albuquerque conquistou, com vista ao domínio total da navegação nas rotas de aproximação ao Mediterrâneo, cortando, assim, o acesso à via tradicional para garantir o êxito da nova do Cabo da Boa Esperança.

¹⁶ Cf. *Dicionário de Literatura* (dir. Jacinto do Prado Coelho), 4.^a ed., Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1994 e *Dicionário de Literatura Portuguesa* (dir. Álvaro Manuel Machado), Lisboa, Editorial Presença, 1996.

ÍNDICE

I. Introdução.....	3
1. O comércio oriental na Europa do século XV.....	4
2. As viagens marítimas e o comércio da costa de Africano século XV.....	6
II. As viagens terrestres dos exploradores portugueses.....	9
1. Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva.....	12
2. A viagem e as notícias.....	15
III. Conclusão.....	17
Bibliografia.....	21
Notas.....	22



ofiusa, 4

- páginas de história portuguesa -

Já publicados:

1. Gabriela Morais — *O Santuário Alentejano de São Miguel da Mota (Vestígios de um culto à Grande Deusa)*.
2. Sandra Mesquita — *Breve História dos Hortos de Aromáticas e Medicinais em Portugal*.
3. Gabriela Morais — *A Lenda da Fundação de Portugal, Irlanda e Escócia*.

3,00 euros

ISBN: 989-618-032-6

